

INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. DO MARANHÃO

Termo de Referência 65/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
65/2026	158128-INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. DO MARANHÃO	LUCIANO LEITE DA SILVA	04/09/2026 11:50 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23249.039144.2026-96

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência estabelece as diretrizes técnicas e operacionais para a contratação de empresa especializada em capacitação na área de Educação e Ensino para prestação de serviço técnico especializado de treinamento e desenvolvimento profissional - Palestrante, para aproximadamente 130 participantes do V Encontro de Gestores de Ensino e V Fórum Pedagógico do IFMA – Edição 2026, a ser realizado de modo presencial em outubro de 2026, no IFMA Campus São Luis Monte Castelo, conforme as condições e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos. O objeto da contratação consiste em um pacote integrado de 3 (três) palestras presenciais, compreendendo as etapas de planejamento pedagógico, preparação autoral de conteúdo acadêmico personalizado e a ministração das atividades no evento, incluindo todas as despesas operacionais e de logística integradas (traslado, hospedagem e alimentação da palestrante), sob regime de execução global sem ônus adicional para o IFMA.

Item	Especificação do Serviço Requisitado	CATSER	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de serviço técnico especializado de treinamento e desenvolvimento profissional, consistindo em um pacote integrado de 3 (três) palestras técnico-pedagógicas presenciais para o V Encontro de Gestores de Ensino e V Fórum Pedagógico do IFMA (Edição 2026), com os temas: 'Gestão e Práticas Pedagógicas Estratégicas: a escola que acolhe, direciona, inova e inclui', 'Resolução de conflitos: como conduzir conversas difíceis e	20656	Unidade	1	R \$ 32.400,00	R \$ 32.400,00

transformar crises em aprendizagem institucional' e 'Liderança que inspira: como migrar do controle para o engajamento responsável, convertendo metas em resultados concretos'. A contratação inclui todas as etapas de planejamento pedagógico, preparação autoral do conteúdo acadêmico personalizado e todas as despesas de traslado, hospedagem e alimentação da palestrante.					
---	--	--	--	--	--

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses contados a partir da data de emissão e retirada da respectiva Nota de Empenho, período hábil para a realização dos serviços, entrega de notas fiscais e finalização da respectiva prestação de contas.

1.3 A contratação fundamenta-se nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, em seu Artigo 74, inciso III, alínea 'f', tratando-se de inexigibilidade de licitação para a contratação de profissionais de notório saber para fins de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal do quadro permanente de servidores da Autarquia Federal.

1.4 Requisitos de Retorno do Aprendizado esperado do Público-Alvo:

Após a participação no pacote de 3 (três) palestras sob os temas 'Gestão e Práticas Pedagógicas Estratégicas: a escola que acolhe, direciona, inova e inclui', 'Resolução de conflitos: como conduzir conversas difíceis e transformar crises em aprendizagem institucional' e 'Liderança que inspira: como migrar do controle para o engajamento responsável, convertendo metas em resultados concretos', os servidores do IFMA deverão ser capazes de:

- Compreender o acolhimento, direcionamento, inovação e inclusão como movimentos integrados do fazer pedagógico, utilizando-os para orientar o acompanhamento das trajetórias escolares;
- Alinhar o planejamento pedagógico e as atividades administrativas do fazer pedagógico às metas institucionais do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Aplicar metodologias avaliativas e integradas de forma indissociável ao planejamento continuado das rotinas acadêmicas, promovendo intervenções estratégicas diante de situações de risco à permanência e êxito dos estudantes;
- Desenvolver uma postura colaborativa e reflexiva no âmbito de seus respectivos campi, utilizando processos de comunicação efetivos e trabalho articulado em equipe para garantir a excelência no atendimento educacional público.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A realização do V Encontro de Gestores de Ensino e do V Fórum Pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) constitui uma ação estratégica de alto impacto, voltada

diretamente ao fortalecimento da gestão educacional, ao alinhamento sistêmico e à qualificação continuada das práticas pedagógicas e administrativas executadas no âmbito dos 29 campi que compõem a rede de ensino da instituição.

2.2 Estes eventos periódicos e de natureza acadêmico-pedagógica têm como escopo essencial promover espaços de formação crítica, reflexão científica e diálogo estruturado entre os profissionais de educação da instituição (diretores de ensino, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais e coordenadores de cursos), visando em última análise a melhoria continuada e sistemática dos processos de ensino e de aprendizagem ofertados pelo IFMA.

2.3 Diante dos desafios contemporâneos da educação profissional e tecnológica, justifica-se a premente necessidade de contratação de palestrante especializado para ministrar um pacote integrado de 3 (três) palestras presenciais durante o evento sistêmico. O foco nas práticas de gestão pedagógica, no planejamento institucional, na mediação e resolução de conflitos e no desenvolvimento de uma liderança inspiradora visa fomentar uma compreensão sistêmica entre as equipes pedagógicas e de direção, fortalecendo a articulação das dimensões do planejar, acompanhar, avaliar e liderar de forma estratégica.

2.4 O impacto desejado com a contratação do referido pacote de palestras se traduz nos seguintes benefícios diretos para a organização:

- Qualificar a formação continuada dos gestores e docentes, oferecendo subsídios teóricos consistentes e ferramentas metodológicas aplicáveis ao cotidiano organizacional;
- Fortalecer o alinhamento institucional das diretrizes de ensino, estimulando a troca de experiências exitosas entre os campi e gerando coerência em relação aos objetivos de permanência e êxito;
- Fomentar a reflexão sobre o acolhimento das diferenças escolares e a inclusão pedagógica como compromisso essencial do fazer educativo, mitigando a evasão escolar e superando barreiras estruturais e atitudinais;
- Auxiliar na estruturação de rotinas voltadas para o monitoramento de indicadores de frequência e aproveitamento, permitindo tomadas de decisões pedagógicas baseadas em evidências concretas.

2.5 A contratação pretendida encontra-se expressamente prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) do IFMA para o exercício de 2026, estando alinhada às necessidades de desenvolvimento identificadas sob as seguintes ações homologadas:

- Ação PDP Resposta 9266 (Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais): Capacitação contínua e aprimoramento em gestão pedagógica, curricularização e formação pedagógica dos técnicos da educação, visando qualificar o fazer pedagógico diário (público estimado de até 200 servidores);
- Ação PDP Resposta 9242 (Diretores de Desenvolvimento do Ensino - DDEs e Gestores): Formação indispensável em Gestão do Ensino e Planejamento da Gestão Educacional para os servidores em cargos de direção, chefia, coordenação e supervisão pedagógica (público estimado de até 50 servidores).

2.6 Alinhamento ao PCA e DFD: A contratação encontra-se inserida no Plano de Contratações Anual do IFMA, vinculada diretamente ao Documento de Formalização da Demanda (DFD) , emitido pela Pró-Reitoria de Ensino e Assuntos Estudantis (PRENAE) sob a UASG 158128, demonstrando planejamento e tempestividade administrativa.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A solução adotada para atender às necessidades de capacitação e desenvolvimento institucional delineadas consiste na contratação de serviço especializado para a realização presencial de um pacote de 3 (três) palestras integradas sob os temas 'Gestão e Práticas Pedagógicas Estratégicas: a escola que acolhe, direciona, inova e inclui', 'Resolução de conflitos: como conduzir conversas difíceis e transformar crises em aprendizagem institucional' e 'Liderança que inspira: como migrar do controle para o engajamento responsável, convertendo metas em resultados concretos', destinada às equipes gestoras de ensino e servidores técnicos de educação de todos os campi do IFMA.

3.2 O pacote de palestras terá carga de atuação direta de aproximadamente 5h40 no evento, incluindo debates técnicos abertos para esclarecimento de dúvidas práticas e rodada de perguntas e respostas. A jornada pedagógica sequencial é desenhada de forma crítica e prática, dividida de acordo com os seguintes eixos temáticos das 3 palestras:

1º) Acolher — Conhecer as necessidades dos estudantes, pertencimento, escuta pedagógica ativa, identificação de barreiras precoces e prevenção de situações de risco à trajetória acadêmica;

2º) Direcionar — Transformar intencionalidades pedagógicas em prioridades de gestão, definindo clareza nos objetivos, expectativas institucionais e pactuação de responsabilidades;

3º) Inovar — Propor a inovação como resposta intencional aos problemas reais de aprendizagem, evitando modismos tecnológicos e focando em soluções contextualizadas;

4º) Incluir — Afirmar a inclusão como princípio transversal intransigente da gestão pedagógica, removendo barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais;

5º) Acompanhar — Utilizar indicadores de frequência, participação e rendimento escolar como instrumentos ativos de planejamento, intervenção oportuna e avaliação processual;

6º) Integrar — Fortalecer a cultura de corresponsabilidade entre Diretores de Ensino, equipes pedagógicas, corpo docente, estudantes e suas respectivas famílias.

3.3 O ciclo de vida da solução compreende: o planejamento pedagógico inicial e alinhamento temático com a organização, a preparação dos recursos de apresentação autorais, a prestação presencial do serviço no IFMA Campus Barreirinhas, em Barreirinhas - MA, a condução de atividade interativa reflexiva com o público, o suporte documental pós-evento (minicurriculo, relatórios) e o processo de liquidação financeira e ateste definitivo de metas. As despesas de traslado, hospedagem e alimentação da palestrante estão inteiramente inclusas sob o regime de execução por preço global.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratada deverá comprovar, sob pena de inabilitação, as seguintes condições de qualificação profissional e de infraestrutura técnica para a adequada prestação de serviços:

- Experiência e Notório Saber: A palestrante indicada pela empresa deverá deter comprovada expertise na área de formação pedagógica, supervisão e gestão de sistemas ou unidades educacionais, demonstrável por meio de currículo acadêmico e profissional detalhado, portfólio de palestras anteriores, publicações científicas/livros de sua autoria e certificados correlatos;

- **Formação Acadêmica:** A palestrante deverá possuir formação em nível de pós-graduação stricto sensu (Mestrado ou Doutorado) ou especialização lato sensu em Educação, Gestão Escolar ou área pedagógica correlata, de forma a garantir a devida densidade intelectual de sua fala;
- **Regularidade PJ:** Emissão de Notas Fiscais eletrônicas de serviços de treinamento emitidas em nome de Pessoa Jurídica (CNPJ), compatível com o ramo de atividade de serviços educacionais, treinamento e desenvolvimento;
- **Regularidade de Cadastro:** Cadastro regular e atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) do Governo Federal, bem como apresentação das certidões de regularidade perante a Fazenda Nacional, FGTS e Justiça do Trabalho.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Rotina de Execução e Metodologia:

O serviço de treinamento e desenvolvimento profissional, consistindo em um pacote integrado de 3 (três) palestras técnicas especializadas, será prestado de modo presencial, seguindo as diretrizes metodológicas de exposição dialogada com linguagem técnica acessível, aliada a ferramentas reflexivas aplicadas à realidade pedagógica do IFMA. A palestrante conduzirá a atividade formativa proposta sob o conceito 'Da Intenção à Estratégia', desafiando os gestores e pedagogos a analisar situações reais e traçar eixos de desenvolvimento para aplicação imediata nos campi.

5.2 Local de Prestação do Serviço:

Os serviços serão prestados obrigatoriamente de forma presencial nas dependências e auditórios designados pela Pró-Reitoria de Ensino e Assuntos Estudantis, localizados no IFMA Campus Barreirinhas, em Barreirinhas - MA.

5.3 Cronograma e Horário da Prestação do Serviço:

As palestras serão executadas nas datas do V Encontro de Gestores de Ensino e V Fórum Pedagógico do IFMA, programadas para outubro de 2026. O horário específico e o tempo de duração serão pactuados de forma tempestiva entre a comissão organizadora do IFMA/PRENAE e a proponente contratada, respeitado o cronograma oficial do evento.

5.4 Materiais a serem disponibilizados pela Contratante e pela Contratada:

- **Pela Contratante (IFMA):** O IFMA assegurará o provimento de infraestrutura física adequada e confortável (auditório climatizado), equipamentos de sonorização (microfones sem fio funcionando), projeção de vídeo (datashow/telão) com cabos conectores adequados, além de equipe de suporte de Tecnologia da Informação local no dia da apresentação;
- **Pela Contratada:** A proponente deverá providenciar em tempo hábil a apresentação de slides de suporte visual em formato digital compatível, material pedagógico digital que se faça oportuno, bem como disponibilizar o minicurriculo oficial e fotos de divulgação da palestrante para fins cerimoniais.

5.5 Informações Relevantes para Dimensionamento da Proposta:

A contratação foi dimensionada sob a ótica de um evento formativo de grande relevância institucional para um público presencial estimado de aproximadamente 130 servidores permanentes do IFMA, os quais representam cargos estratégicos de ensino de todos os campi da autarquia federal.

5.6 Especificação da Garantia do Serviço:

Não será exigida garantia de execução contratual das obrigações nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza pontual e imediata do serviço das palestras contratadas. Todavia...

5.7 Transição e Encerramento Contratual:

Dadas as características intrínsecas e pontuais do objeto da contratação (serviço pontual executado em data certa), não se fazem necessários procedimentos de transição operacional ou preparação técnica de encerramento de vigência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato administrativo originado desta contratação ou seu instrumento equivalente (Nota de Empenho de despesa) deverá ser executado fielmente por ambas as partes, observando as cláusulas avençadas, as diretrizes do Termo de Referência, e o amparo normativo da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada um pelos prejuízos de eventual inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

6.2 Em caso de impedimento de agenda da palestrante justificado por força maior ou caso fortuito, ou em havendo ordem formal de suspensão/paralisação do evento emitido pela Reitoria do IFMA, o cronograma de execução das atividades será formalmente reagendado em comum acordo, registrando-se as alterações por meio de apostilamento nos autos do processo.

6.3 Preposto da Contratada:

- A proponente contratada deverá designar formalmente, antes da emissão da nota de empenho, um preposto de contato para atuar como elo de comunicação logística com a comissão organizadora do IFMA, indicando no respectivo instrumento seus poderes legais e deveres operacionais;
- A contratada manterá preposto devidamente habilitado de forma presencial ou à distância em contato direto com a fiscalização durante o dia programado de realização da palestra, de modo a garantir respostas ágeis a eventuais demandas imprevistas.

6.4 Acompanhamento e Fiscalização da Execução:

A execução do contrato de prestação de serviços técnicos de palestras será rigorosamente acompanhada e fiscalizada pela comissão de contratação do IFMA, composta por fiscais e gestores devidamente designados por Portaria da autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.246 /2022.

6.5 Da Fiscalização Técnica do Contrato:

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução operacional do serviço, certificando que o objeto atenda ao escopo pedagógico, eixos técnicos e qualidade exigidos neste TR, realizando as seguintes atribuições:

- Anotar em relatório de histórico de gerenciamento do contrato as eventuais intercorrências registradas na prestação do serviço presencial ou nos alinhamentos prévios, determinando prazos e correções de desvios;
- Identificar falhas qualitativas ou descumprimento de prazos técnicos, notificando formalmente o preposto da empresa para adequação técnica imediata e registrando no atesto técnico processual;
- Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato quaisquer situações excepcionais que demandem glosas ou aplicação de penalidades que extrapolem sua competência técnica.

6.6 Da Fiscalização Administrativa do Contrato:

O fiscal administrativo acompanhará a regularidade documental, certidões fiscais e manutenção de habilitação perante o SICAF e órgãos federais de controle, auditando a legalidade da nota fiscal e regularidade previdenciária e fiscal da contratante no ato da liquidação.

6.7 Do Gestor do Contrato:

O gestor do contrato coordenará as ações dos fiscais técnico e administrativo, centralizará os relatórios de ateste, formalizará termos de recebimento provisório e definitivo, e remeterá os autos para os procedimentos de pagamento ou, se necessário, de responsabilização administrativa e sanções cabíveis.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação e aferição da execução contratual para fins de faturamento e regular quitação dos valores devidos considerará o critério da prestação de serviços em sua totalidade, mediante a efetiva e comprovada realização presencial das 3 (três) palestras contratadas, com excelência de conteúdo e ateste técnico emitido pela comissão fiscalizadora.

7.2 Das Glosas de Pagamento:

Será indicada a aplicação de retenção ou glosa proporcional no valor a ser pago, sem prejuízo da instauração de processo administrativo de sanção contratual, nas seguintes hipóteses:

- Não produzir os resultados acordados nos eixos pedagógicos estabelecidos no Termo de Referência, ou executar a palestra com qualidade nitidamente inferior ou carga horária em desacordo com as especificações exigidas;
- Ausência do palestrante principal na data pactuada para a realização presencial do evento, acarretando descontinuidade ou atraso crônico na programação do fórum sistêmico, excetuados os casos devidamente justificados de caso fortuito ou força maior homologados pela PRENAE.

7.3 Do Procedimento de Recebimento Provisório:

- Após a realização do pacote de palestras contratado, o contratado protocolará comunicação formal de faturamento com a apresentação da respectiva Nota Fiscal de serviços e relatório pedagógico sucinto;
- O recebimento provisório dar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o protocolo do documento de cobrança, período no qual os fiscais técnico e administrativo emitirão relatórios detalhados atestando a regularidade das metas operacionais e administrativas alcançadas;
- O recebimento provisório será formalizado mediante Termo Provisório emitido pelos respectivos fiscais setoriais.

7.4 Do Procedimento de Recebimento Definitivo:

- O recebimento definitivo do objeto realizar-se-á no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a contar da data de emissão do termo de recebimento provisório, após análise e homologação final realizada pelo Gestor do Contrato ou comissão designada;
- O Gestor do Contrato emitirá o Termo Detalhado de Recebimento Definitivo, fundamentando o ateste integral de cumprimento das obrigações comerciais e autorizando a empresa a prosseguir para o faturamento;

- Caso sejam verificadas desconformidades, o prazo para recebimento definitivo ficará suspenso, devendo a contratante notificar a empresa contratada por escrito para que promova as devidas correções ou defesas, sem direito a qualquer acréscimo financeiro.

7.5 Da Liquidação da Despesa:

- Recebida a Nota Fiscal validada pelo recebimento definitivo, o setor competente iniciará a liquidação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis (conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022);
- O setor de liquidação verificará a conformidade da Nota Fiscal (dados do contrato, UASG, valor, validade e impostos em destaque).

7.6 Prazo e Forma de Pagamento:

- O pagamento será efetuado em favor da empresa contratada no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de finalização dos trâmites de liquidação da despesa pelo órgão de contabilidade e finanças do IFMA;
- Os pagamentos realizar-se-ão estritamente por meio de ordem bancária eletrônica emitida pelo Tesouro Nacional, creditada em conta corrente e banco de titularidade da Pessoa Jurídica contratada, conforme informados formalmente em sua proposta;
- Quando da ocorrência do pagamento, a Administração efetuará as retenções tributárias e previdenciárias exigíveis por força da legislação fiscal federal vigente sobre os serviços prestados;
- Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) não sofrerão retenções na fonte de tributos previstos em seu regime tributário facilitado, mediante apresentação da declaração oficial comprobatória.

7.7 Do Sobrestamento e Atrasos:

- Constatando-se erros na emissão da Nota Fiscal ou irregularidades perante o SICAF ou certidões fiscais, a liquidação da despesa ficará sobrestada até que a empresa contratada saneie a situação de desconformidade, reiniciando-se os prazos regulamentares sem incidência de quaisquer ônus de mora à Autarquia;
- Em caso de atraso injustificado por parte do IFMA, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre a data regulamentar e o efetivo pagamento, sob índice oficial de correção pactuado.

7.8 Das Condições de Cessão de Crédito:

- Admite-se a cessão de direitos creditícios decorrentes desta contratação mediante anuência expressa da administração e observadas as formalidades previstas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53/2020;
- A eficácia da cessão de crédito em relação à Administração do IFMA está obrigatoriamente condicionada à celebração formal de Termo Aditivo de cessão, preservando incólumes os direitos de defesas, glosas e retenções de multas da administração;
- A cessionária do crédito deverá comprovar, sob as mesmas penas da contratada, sua plena regularidade fiscal, trabalhista e jurídica de habilitação perante os cadastros informativos federais, comprovando inclusive a ausência de impedimento de contratar com o Poder Público.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

*8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **10% (DEZ)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (TRINTA)** dias.[A1] [A2]*

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. . O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (QUINZE) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1 Do Processo de Seleção e Inexigibilidade:

A seleção do fornecedor dar-se-á por contratação direta via procedimento de Inexigibilidade de Licitação, com fundamentação técnico-jurídica esculpida no Artigo 74, inciso III, alínea 'f', da Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina a inexigibilidade para a contratação de profissionais especializados para capacitação e treinamento de pessoal, quando caracterizado o notório saber da palestrante indicada e inviabilidade de competição.

9.2 Do Regime de Execução Contratual:

O regime de execução do contrato será por Empreitada por Preço Global, contratando-se a prestação de serviços educacionais técnicos especializados em sua totalidade de forma indivisível por preço certo, englobando todas as etapas e despesas operacionais da palestra de abertura do V Encontro & Fórum do IFMA.

9.3 Das Exigências de Habilitação do Fornecedor:

Previamente à contratação, a equipe técnica do IFMA executará a verificação de regularidade da empresa licitante por meio de consultas aos cadastros impeditivos federais: SICAF, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP). Para fins de habilitação, a empresa selecionada comprovará as seguintes condições técnicas e fiscais:

9.4 Requisitos de Habilitação Jurídica:

A contratada deverá apresentar, de acordo com a sua respectiva natureza jurídica, a seguinte documentação societária atualizada:

- Pessoa Física (se aplicável): Cédula de identidade (RG) e CPF com validade nacional;
- Empresário Individual: Registro público de empresas mercantis na Junta Comercial;
- Sociedade Empresária ou de Responsabilidade Limitada (LTDA/SLU): Contrato social em vigor devidamente arquivado na Junta Comercial da sede, contendo a última alteração contratual consolidada e nomeação de seus administradores;
- Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) emitido no Portal do Empreendedor Federal.

9.5 Requisitos de Habilitação Fiscal, Trabalhista e Social:

- Comprovante de inscrição regular no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou CPF;
- Certidão Negativa Conjunta da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (DAU) referente a débitos federais e contribuições previdenciárias;
- Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- Certidão de regularidade de cadastro perante as Fazendas Estadual e Municipal da sede da empresa, compatível com o domicílio do fornecedor e seu ramo de atividade educacional.

9.6 Requisitos de Qualificação Econômico-Financeira:

A contratante efetuará a análise financeira para atestar a estabilidade e capacidade econômica da empresa proponente perante os compromissos de contratação, exigindo:

- Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo cartório distribuidor judicial da comarca da sede do fornecedor (nos termos do art. 69, II da Lei nº 14.133/2021);

- Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais encerrados, comprovando que a empresa mantém índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) com valores estritamente superiores a 1,0 (um);
- Caso a empresa possua algum indicador de liquidez ou solvência inferior a 1,0, será exigido, para fins de regular habilitação econômico-financeira, a comprovação de Capital Social Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo equivalente a 10% do valor total estimado da contratação;
- O atendimento aos requisitos e índices contábeis estabelecidos deverá vir atestado por meio de declaração assinada por profissional habilitado em contabilidade, com seu respectivo registro ativo no CRC.

9.7 Requisitos de Qualificação Técnica:

Como requisitos essenciais de aptidão técnica, a empresa contratada deverá apresentar:

- Declaração assinada por seu representante legal atestando que tomou pleno conhecimento de todas as informações operacionais, condições físicas locais e peculiaridades em Barreirinhas - MA necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais do evento;
- Apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão técnica da empresa na prestação de serviços de palestra, treinamento ou capacitação de pessoal compatíveis em relevância temática e porte de público ao objeto deste Termo de Referência;
- Currículo profissional de autoria acadêmica e portfólio de atividades anteriores

9.8 Condições Complementares para Participação de Cooperativas (se aplicável):

Caso a participação se dê por intermédio de Sociedade Cooperativa, exigir-se-ão os documentos complementares nos moldes previstos na legislação federal:

- Relação oficial dos cooperados vinculados e que executarão os serviços em Barreirinhas, juntamente com as atas de assembleia, atas de inscrição e DRSCI individuais de cada cooperado;
- Estatuto social arquivado na Junta Comercial e certidão de auditoria financeira externa (Lei nº 5.764/1971).

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total para a contratação técnica especializada de desenvolvimento profissional, contemplando todos os serviços intelectuais de planejamento, preparação pedagógica dos eixos conceituais, preparação autoral de conteúdo acadêmico personalizado e execução do pacote de 3 (três) palestras presenciais com despesas de traslado, hospedagem e alimentação inclusas, está dimensionado sob o valor de:

Valor Estimado Global: R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)

10.2 O valor unitário e global estimado para a contratação direta é demonstrado na tabela de referência geral:

Item	Especificação do Serviço Requisitado	CATSER	Unidade	Qtd.		Valor Total
------	--------------------------------------	--------	---------	------	--	-------------

					Valor Unitário	
1	Contratação de serviço técnico especializado de treinamento e desenvolvimento profissional, consistindo em um pacote integrado de 3 (três) palestras técnico-pedagógicas presenciais para o V Encontro de Gestores de Ensino e V Fórum Pedagógico do IFMA (Edição 2026), com os temas: 'Gestão e Práticas Pedagógicas Estratégicas: a escola que acolhe, direciona, inova e inclui', 'Resolução de conflitos: como conduzir conversas difíceis e transformar crises em aprendizagem institucional' e 'Liderança que inspira: como migrar do controle para o engajamento responsável, convertendo metas em resultados concretos'. A contratação inclui todas as etapas de planejamento pedagógico, preparação autoral do conteúdo acadêmico personalizado e todas as despesas de traslado, hospedagem e alimentação da palestrante.	20656	Serviço	1	R\$ 32.400,00	R\$ 32.400,00

9.3 Da Adequação e Disponibilidade Orçamentária:

As despesas decorrentes da presente contratação pública de pessoal correrão por conta de recursos específicos e dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral da União (OGU) destinados à formação e aperfeiçoamento continuado dos servidores públicos. Os códigos orçamentários correspondentes, classificação de despesa (natureza de despesa 33.90.39 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica) e fonte de recursos serão indicados de forma oportuna pela Diretoria de Orçamento e Finanças da Reitoria do IFMA antes do empenho definitivo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

As despesas decorrentes da presente contratação pública de pessoal correrão por conta de recursos específicos e dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral da União (OGU) destinados à formação e aperfeiçoamento continuado dos servidores públicos. Os códigos orçamentários correspondentes, classificação de despesa (natureza de despesa 33.90.39 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica) e fonte de recursos serão indicados de forma oportuna pela Diretoria de Orçamento e Finanças da Reitoria do IFMA antes do empenho definitivo.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas .[A1]

LUCIANO LEITE DA SILVA
Membro da Comissão de Contratação
Assistente em Administração — IFMA (PRENAE)

MARCIA ANDREA SANTOS REIS
Membro da Comissão de Contratação
Diretora de Educação — DED/PRENAE

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante neste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

- 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.[A3]

OU

2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado[A4] , atendendo, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.4.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

2.4.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).[A5]

2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.8. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

OU

2.9. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A6] .

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE[A7]

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A8]

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **XXXXXX**. [A9]

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. [A10]

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

3.1.15.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

3.1.15.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

3.1.15.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

3.1.15.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e

3.1.15.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

3.1.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO [A11]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A12]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.1.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A13]

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;[A14]

4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.28. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));

4.1.28.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado[A15].

4.1.29. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

4.1.30. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado. [A16]

4.1.30.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

- 4.1.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.1.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.1.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.1.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.1.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.1.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.1.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.1.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.1.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.1.40. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.[A17]*
- 4.1.41. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.*
- 4.1.42. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.*
- 4.1.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.1.44. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:*
- 4.1.44.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;*
- 4.1.44.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;*
- 4.1.44.3. florestas plantadas; e*
- 4.1.44.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.*
- 4.1.45. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:*
- 4.1.45.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;*
- 4.1.45.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de*

Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

4.1.45.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

4.1.45.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

4.1.46. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.1.47. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

4.1.48. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.1.48.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

4.1.48.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

4.1.48.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.48.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.49. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.1.50. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.1.51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.1.51.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.1.51.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.1.52. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.1.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.1.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.1.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

4.1.56. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.

4.1.56.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.[A18]

4.1.57. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

4.1.58. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD[A19]

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A20]

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A21]

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A22]

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL[A23]

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

OU

6.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.[A24]

6.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A25] .

6.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

6.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

OU

6.7. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A26] contraentes.

6.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.8.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.9.3. Indenizações e multas.

6.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A27]

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ... declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *PRESENTE PROCESSO*, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIANO LEITE DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 04/09/2026 às 10:43:30.

MARCIA ANDREA SANTOS REIS

Membro da comissão de contratação

Despacho: Ficam aprovados os atos do planejamento da contratação

MARON STANLEY SILVA OLIVEIRA GOMES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 04/09/2026 às 11:50:56.

Documento Digitalizado Público

Termo de Referencia - Contratação de serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal - Palestrante - V Encontro & Forum PRENAE

Assunto: Termo de Referencia - Contratação de serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal - Palestrante - V Encontro & Forum PRENAE

Assinado por: Luciano Leite

Tipo do Documento: Termo de Referência

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 04/09/2026 13:57:54.

Este documento foi armazenado no SUAP em 04/09/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifma.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1582693

Código de Autenticação: baef113971

